



CISNORTE

Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte de Minas

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2024

Contrato de Prestação de Serviços de consultas e exames médicos celebrado entre o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DE MINAS - CISNORTE** e o **MUNICÍPIO DE PATIS/MG**.

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DE MINAS - CISNORTE**, entidade com personalidade jurídica de direito público, sem fins econômicos, inscrito no CNPJ sob o nº. 00.905.312/0001-44, com sede administrativa à Rodovia MG 202, nº 1.165, Bairro Vale Verde, nesta cidade de Brasília de Minas/MG, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Danilo Wagner Veloso, e o **MUNICÍPIO DE PATIS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 01.612.478/0001-35, com sede administrativa na Rua Sebastião Rocha Nº 997 Centro, Patis/MG, CEP: 39.378-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Valmir Moraes de Sá, celebram **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** conforme as cláusulas e dispositivos abaixo especificados.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da legislação federal de licitações e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte de Minas – CISNORTE.

Cláusula segunda – O presente contrato é celebrado em virtude de licitação dispensada, com fundamento no §1º, inciso III, do art. 2º, da Lei nº. 11.107/05 e no art. 18 do Decreto Federal nº. 6.017/07.

DO OBJETO

Cláusula terceira – Constitui objeto do presente contrato a **prestação de serviços de consultas, exames e procedimentos médicos**.

DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Cláusula quarta – O CISNORTE será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação do serviço observará:

- a) Os valores das consultas, exames e procedimentos médicos serão divulgados através de tabelas periodicamente publicadas;



CISNORTE

Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte de Minas

- a) O CISNORTE disponibilizará exames, consultas e procedimentos médicos nos Municípios da Microrregião de Brasília de Minas-MG, conforme valores estabelecidos nas tabelas;
- b) O CISNORTE não se responsabilizará com o transporte dos pacientes, sendo total responsabilidade do Município/Consortiado;
- c) O agendamento ficará a cargo do Município, devendo ser retirada a guia na Sede do CISNORTE mediante ofício expedido pelo secretário municipal de saúde;
- d) No quinto dia útil do mês subsequente o Consórcio passará ao Município consorciado a Nota Fiscal com os valores e exames utilizados.

DOS VALORES

Cláusula quinta – Para execução dos serviços de prestação de serviços de consultas, exames e procedimentos médicos, o Município/Consortiado terá cota estimada mensal de consumo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e total de R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais), conforme previsto na Cláusula Décima.

Parágrafo Primeiro – As despesas decorrentes do presente Contrato de Prestação de Serviços correrão por conta das seguintes rubricas orçamentárias, observada a Lei Orçamentária Anual, conforme se segue:

Órgão:06 - Secretaria Municipal de Saúde – Prefeitura Municipal de Patis-MG

Unidade Orçamentária: 01- Fundo Municipal de Saúde

Subunidade Orçamentária: 03 – Serviço de Média e Alta Complexidade

Função: 10

Sub-função: 302

Programa: 0030

Projeto/Atividade: 2036

Elemento: 3.3.93.39.00

Ficha: 391

Fonte de Recurso: 1500001002

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

Cláusula sexta – São direitos do ente consorciado:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações conforme a cláusula quinta;
- b) Receber capacitação para utilização dos sistemas desenvolvidos pelo consórcio;
- c) Receber suporte técnico;
- d) Requisitar correções e ajustes, cuja execução será atendida após aprovação dos técnicos do consórcio.



Cláusula sétima– São deveres do ente consorciado:

- a) Prestar as informações solicitadas pelo CISNORTE;
- b) Zelar pela correta execução dos serviços;
- c) Transferir, de acordo com este contrato, os recursos financeiros necessários à execução do objeto do consórcio.

DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Cláusula oitava – A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e metas previstos neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CISNORTE deverá, especialmente:

- a) Elaborar e encaminhar ao Município a Prestação de Contas anual quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;
- b) Disponibilizar ao Município as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DE PESSOAL

Cláusula nona – Fica estabelecido que não haverá, até disposição expressa em contrário, transferência de pessoal e bens entre contratante e contratado.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima – O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará por Sete meses a contar desta, podendo ser renovado por igual ou maior período, respeitada a data limite de 31/12/2024.

DAS PENALIDADES

Cláusula décima primeira – O consorciado inadimplente com o CISNORTE será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima segunda – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima terceira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA RESCISÃO



CISNORTE

Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte de Minas

Cláusula décima quarta – O presente contrato de prestação de serviços poderá ser rescindido por:

- a) Descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) Superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- c) Ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante em contrato de rateio.

DO FORO

Cláusula décima quinta – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Brasília de Minas para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Brasília de Minas/MG, 15 de Abril de 2024.


Danilo Wagner Veloso

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte de Minas- CISNORTE


Valmir Moraes de Sá

Prefeito do Município de Patis-MG

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____